

CONHECIMENTOS GERAIS QUESTÕES de 01 a 10

Leia com atenção o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10

A necessidade de garantir o acesso à justiça

- A história demonstra que as normas jurídicas e o sistema judiciário foram criados com intuito de pacificar, tornar mais justa e melhorar a vida das pessoas; porém, por muitos fatores – sendo os principais deles a desigualdade e os elevados níveis de pobreza –, os indivíduos não possuem a mesma capacidade de fazer valer os direitos que lhes são formalmente garantidos. Enquanto os que possuem maior poder aquisitivo têm acesso facilitado aos órgãos estatais, os mais pobres, além de viverem em uma situação precária e terem quase todos os seus direitos básicos desrespeitados (saúde, educação, saneamento básico, dentre outros), são também privados de levar seus problemas e contendas aos órgãos administrativos ou judiciários, por lhes faltar conhecimento e recursos que possibilitem o franco acesso ao judiciário ou ao executivo.

Antônio Carlos de Araújo Cintra fala sobre a função jurisdicional na atualidade:

- [...] hoje, prevalecendo as ideias do Estado social, em que ao Estado se reconhece a função fundamental de promover a plena realização dos valores humanos, isso deve servir, de um lado, para pôr em destaque a função jurisdicional pacificadora como fator de eliminação dos conflitos que afligem as pessoas e lhes trazem angústia; de outro, para advertir os encarregados do sistema, quanto à necessidade de fazer do processo um meio efetivo para a realização da justiça. (CINTRA, 2003, p. 25)

- Considerando o quadro acima é que visualizamos a relevância de meios facilitadores do acesso à Justiça, mais especificamente da Defensoria Pública, que deve contribuir para a melhoria das condições daqueles que necessitam de auxílio para que seus direitos sejam respeitados. Defendemos o pressuposto que, se o direito foi criado para melhorar e facilitar a vida das pessoas, é inadmissível que a legislação e o judiciário se afastem da realidade de seus jurisdicionados. Diante do exposto, é possível afirmar que há um abismo entre os indivíduos que são efetivamente tutelados pelo Estado e recebem todos os benefícios a que têm direito e a grande massa de excluídos. Estes mal conhecem a gama de direitos dos quais são destinatários.

Texto adaptado de: OLIVEIRA, Simone dos Santos. Defensoria pública brasileira: sua história. Revista de Direito Público, Londrina, v. 2, n. 2, p. 59-75, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/11456/10192>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

Questão 01 (Peso 3)

No primeiro período do texto, afirma-se que:

- A) apesar de as normas jurídicas e o sistema judiciário terem tornado melhor a vida das pessoas, elas ainda lutam para ter acesso a uma vida mais justa, de modo a evitar a desigualdade e a pobreza.
- B) as normas jurídicas e o sistema judiciário impedem a existência de desigualdades e de elevados níveis de pobreza, pois garantem que todos tenham seus direitos assegurados e usufruam do bem estar que eles lhes proporcionam.
- C) embora as normas jurídicas e o sistema judiciário tenham sido criados para o bem estar das pessoas, isso não impede a existência de desigualdade e pobreza, pela impossibilidade de todas elas garantirem seus direitos.
- D) a desigualdade e os elevados níveis de pobreza foram superados pela criação das normas jurídicas e do sistema judiciário, já que ambos possibilitam que todos possam fazer valer os seus direitos, garantindo-lhes uma vida melhor, justa e pacífica.
- E) o acesso aos direitos que são formalmente garantidos pelas normas jurídicas e pelo sistema judiciário elimina as desigualdades e os elevados níveis de pobreza, já que todos podem fazer valer esses direitos para tornar sua vida melhor e mais justa.

Questão 02 (Peso 3)

Antônio Carlos de Araújo Cintra afirma que

- A) não cabe ao Estado social a função de garantir a plena realização dos valores humanos, pois isso é função dos encarregados do sistema, que devem efetivar meios para a realização da justiça.
- B) a plena realização dos valores humanos não depende do Estado, já que a necessidade de realização da justiça para eliminar conflitos depende da consciência dos encarregados do sistema jurídico.
- C) o Estado social, hoje, vem realizando sua função fundamental pacificadora e de eliminação de conflitos, além de garantir que os encarregados do sistema, através do processo, realizem a plena justiça.
- D) o reconhecimento do dever do Estado em relação aos valores humanos tem dupla consequência: destacar sua função de pacificação de conflitos e advertir sobre a necessidade de efetivar a justiça através do processo
- E) a eliminação dos conflitos que afligem as pessoas pobres, com a plena realização da justiça, só é possível se o Estado social advertir os encarregados do sistema quanto aos meios eficazes de efetivação da justiça para todos.

Questão 03 (Peso 1)

Segundo o texto, é papel da Defensoria Pública:

- A) respeitar os direitos dos que são socialmente excluídos.
- B) identificar os benefícios dos que não conhecem seus direitos.
- C) compreender seu papel de combater a exclusão dos indivíduos.
- D) atender aos que necessitam de ajuda para fazer valer seus direitos.
- E) melhorar e facilitar a vida das pessoas que demandam seus serviços.

Questão 04 (Peso 2)

Na linha 24, o termo “jurisdicionados” significa:

- A) aqueles sobre quem se exerce jurisdição.
- B) serventuários efetivos da justiça, em exercício.
- C) dirigentes de nível superior do sistema judiciário.
- D) pessoas cuja realidade de vida se afasta da normalidade.
- E) todos aqueles que melhoram de condição pelo acesso à justiça.

Questão 05 (Peso 2)

Constitui uma justificativa da exigência de acento na palavra “pôr” (linha 14):

- A) o fato de pôr ser palavra oxítona.
- B) o fato de pôr ser palavra monossílabo.
- C) diferenciar pôr (verbo) de por (preposição).
- D) diferenciar pôr (verbo) de por (conjunção).
- E) diferenciar pôr (preposição) de por (verbo).

Questão 06 (Peso 2)

Há uma relação de concordância entre “foram criados” (linha 1) e

- A) “acesso à justiça” (título).
- B) “história (linha 1).
- C) “normas jurídicas”(linha 1).
- D) “sistema judiciário”(linha 1).
- E) “normas jurídicas” e “sistema judiciário” (linha 1).

Questão 07 (Peso 2)

No texto, são verbos que têm a mesma regência:

- A) “demonstra” (linha 1) e “sendo” (linha 3).
- B) “melhorar” (linha 2) e “viverem” (linha 6).
- C) “têm” (linha 5) e “levar” (linha 8).
- D) “levar” (linha 8) e “fala” (linha 11).
- E) “fala” (linha 11) e “necessitam”(linha 21).

Questão 08 (Peso 1)

Na linha 9, “lhes” se refere a:

- A) “os que possuem maior poder aquisitivo” (linha 5).
- B) “os mais pobres” (linha 6).
- C) “direitos básicos” (linha 7).
- D) “problemas e contendas” (linhas 8 e 9).
- E) “órgãos administrativos ou judiciários” (linha 9).

Questão 09 (Peso 3)

“Enquanto os que possuem maior poder aquisitivo têm acesso facilitado aos órgãos estatais, os mais pobres, além de viverem em uma situação precária e terem quase todos os seus direitos básicos desrespeitados (saúde, educação, saneamento básico, dentre outros), são também privados de levar seus problemas e contendas aos órgãos administrativos ou judiciários, por lhes faltar conhecimento e recursos que possibilitem o franco acesso ao judiciário ou ao executivo.” (linhas 5 a 10)

A oração que expressa a afirmação principal desse período é

- A) “Enquanto os que possuem maior poder aquisitivo têm acesso facilitado aos órgãos estatais...”.
- B) “...os mais pobres são também privados de levar seus problemas e contendas aos órgãos administrativos ou judiciários...”.
- C) “...terem quase todos os seus direitos básicos desrespeitados (saúde, educação, saneamento básico, dentre outros)...”.
- D) “...por lhes faltar conhecimento e recursos...”.
- E) “...que possibilitem o franco acesso ao judiciário ou ao executivo”.

Questão 10 (Peso 1)

“...há um abismo entre os indivíduos (linha 25)

A palavra destacada acima tem o sentido de:

- A) profunda distância.
- B) grande depressão.
- C) grande despenhadeiro.
- D) separação insondável.
- E) situação insustentável.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS QUESTÕES de 11 a 50

Questão 11 (Peso 1)

Segundo o Código Civil Brasileiro, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) os pródigos.
- B) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- D) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- E) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

Questão 12 (Peso 1)

Segundo o Código Civil Brasileiro, é(são) considerado(s) bem(ns) móvel(eis):

- A) o direito à sucessão aberta.
- B) as energias que tenham valor econômico.
- C) o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- D) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- E) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.

Questão 13 (Peso 2)

Sobre o quanto é previsto acerca do domicílio no Código Civil Brasileiro, é possível afirmar que

- A) o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência sem ânimo definitivo.
- B) se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- C) não pode ser considerado domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- D) ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde ela assim o declarar junto às autoridades públicas, não sendo possível, assim, considerar o lugar onde ela for encontrada.
- E) o agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado apenas no estrangeiro, não sendo possível fazê-lo em nenhum ponto do território brasileiro.

Questão 14 (Peso 2)

Em relação ao quanto é disposto acerca dos negócios jurídicos no Código Civil, é possível afirmar que

- A) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.
- B) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- C) a validade da declaração de vontade dependerá, via de regra, de forma especial, salvo quando a lei permitir expressamente a sua dispensa.
- D) a impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar após realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- E) a incapacidade relativa de uma das partes pode plenamente ser invocada pela outra em benefício próprio, aproveitando, inclusive, aos cointeressados capazes, salvo se for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

Questão 15 (Peso 1)

A Constituição Federal de 1988, no título dos direitos e garantias fundamentais, assegurou a duração razoável do processo:

- A) no âmbito judicial e administrativo.
- B) somente no âmbito judicial, devendo o legislador instituir os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- C) somente no âmbito administrativo, devendo o legislador instituir os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- D) somente no procedimento judicial, devendo o legislador instituir os meios que garantam a celeridade e informalidade de sua tramitação.
- E) aos brasileiros, no âmbito judicial, e aos estrangeiros, no administrativo, desde que firmada em tratado ou convenção internacional sobre direitos humanos.

Questão 16 (Peso 3)

Sobre o quanto é disposto no Código Civil acerca dos defeitos do negócio jurídico, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Ocorre estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação original.
- () São nulos de pleno direito os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- () Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.
- () Pode ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.
- () A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens. Se disser respeito a pessoa não pertencente à família do paciente, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se houve coação.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V V F V V
- B) V F V V F
- C) V F F F V
- D) F V F F F
- E) F F V V V

Questão 17 (Peso 1)

Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime. Essa hipótese denomina-se

- A) crime anão.
- B) quase-crime.
- C) tentativa acabada.
- D) tentativa incruenta.
- E) tentativa inacabada.

Questão 18 (Peso 2)

A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios:

- A) independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; construção de uma sociedade internacional livre, justa e solidária; repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- B) independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.
- C) soberania; construção de uma sociedade internacional livre, justa e solidária; garantia do desenvolvimento nacional; erradicação da pobreza e da marginalização; redução das desigualdades sociais e regionais; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados e defesa da paz.
- D) soberania; concessão de asilo político; construção de uma sociedade internacional livre, justa e solidária; erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais; promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- E) independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; soberania; solução pacífica dos conflitos; promoção do bem de todos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político.

Questão 19 (Peso 1)

Segundo os direitos e deveres individuais e coletivos, na Carta da Primavera de 88, a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada

- A) por tratado internacional sobre sucessão, desde que mais favorável ao herdeiro necessário.
- B) pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cuius".
- C) por convenção internacional em benefício do cônjuge brasileiro, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do inventariante.
- D) pela lei estrangeira em benefício somente dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do inventariante.
- E) pela lei brasileira que ratificou tratado internacional sobre a matéria, em benefício dos herdeiros necessários, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cuius".

Questão 20 (Peso 3)

Considerando o disposto no texto da Lei Maior sobre o Poder Judiciário e as Funções Essenciais à Justiça, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- () As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- () Somente pelo voto da maioria qualificada de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de portaria, regulamento ou ato normativo do Poder Público.
- () Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de irregularidade, podendo portaria limitar a presença, em determinados atos, somente às próprias partes, em casos nos quais a preservação do direito à vida privada do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- () Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de cinco anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista triplíce pelos órgãos de representação das respectivas classes.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V V F V V
- B) V F V F F
- C) V V F F F
- D) F V F V F
- E) F F V F V

Questão 21 (Peso 1)

No tocante às funções institucionais e às características da Defensoria Pública previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Lei Complementar nº 26/2006, é correto afirmar que

- A) as funções institucionais da Defensoria Pública não poderão ser exercidas contra pessoas jurídicas de direito público.
- B) às Defensorias Públicas Estaduais ainda não são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- C) são princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a divisibilidade e a dependência funcional, tendo como objetivos: a afirmação do Estado Democrático de Direito, a prevalência, a relevância e a efetividade dos direitos humanos, a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.
- D) a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita aos necessitados.
- E) lei ordinária estadual organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Questão 22 (Peso 1)

Em relação aos direitos e deveres dos estagiários da Defensoria Pública do Estado da Bahia, previstos na Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Lei Complementar nº 26/2006, é correto afirmar que o estagiário

- A) deve manter sigilo sobre fatos relevantes de que tiver conhecimento no exercício das funções.
- B) deve apresentar, anualmente, ao Coordenador Executivo de Defensoria das Coordenadorias das Defensorias Públicas Especializadas ou Regionais, relatórios discriminativos de suas atividades.
- C) deve comprovar, apenas no início do estágio, a renovação da matrícula em curso de graduação em Direito, não sendo necessária a comprovação da reprovação em mais de uma disciplina do currículo.
- D) tem direito a gozar férias anuais de 40 (quarenta) dias, após o primeiro ano de estágio, podendo dividi-las em 02 (dois) períodos iguais, sem prejuízo da bolsa mensal, observada a legislação federal específica.
- E) tem direito a gozar licença, sem prejuízo da bolsa mensal, para realização de provas, até o máximo de 20 (vinte) dias por ano, com prévia autorização do Coordenador Executivo de Defensoria das Coordenadorias das Defensorias Públicas Especializadas ou Regionais, conforme a atuação.

Questão 23 (Peso 2)

Analisando o quanto é previsto na Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia, lei Complementar nº 26/2006, é possível afirmar que os Defensores Públicos possuem a prerrogativa de:

- A) solicitar o auxílio e assessoria das autoridades públicas e privadas para o desempenho de suas funções processuais.
- B) ter vista dos autos dos processos sempre em cartório, não sendo possível vista pessoal dos autos fora dos cartórios e secretarias, salvo mediante anuência do superior.
- C) comunicar-se com seus assistidos, ainda quando eles se achem presos, detidos, internados ou incomunicáveis, não sendo possível, porém, comunicar-se pessoal e reservadamente.
- D) receber intimação, através de oficial de justiça, em qualquer processo administrativo ou judicial e em qualquer instância administrativa ou grau de jurisdição, contando-se-lhe todos os prazos de forma simples.
- E) não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a comunicação ao Defensor Público-Geral, que designará um Defensor Público para acompanhar a apuração.

Questão 24 (Peso 2)

A suspensão condicional da execução da pena trata de instituto descarcerizador, que evita o aprisionamento de condenados à prisão de curta duração. Neste sentido, o sursis humanitário diz respeito à suspensão da execução da pena

- A) privativa de liberdade não superior a 2 (dois) anos para o condenado reincidente em crime preterdoloso.
- B) restritiva de liberdade não superior a 2 (dois) anos fora do ambiente carcerário promíscuo e estigmatizante.
- C) privativa de liberdade não superior a 04 (quatro) anos, a qual poderá ser suspensa por 04 (quatro) a 06 (seis) anos, desde que razões de saúde justifiquem a suspensão.
- D) restritiva de liberdade não superior a 04 (quatro) anos, a qual poderá ser suspensa por 04 (quatro) a 06 (seis) anos, desde que o condenado seja maior de 70 (setenta) anos e debilitado mentalmente.
- E) privativa de liberdade não superior a 04 (quatro) anos, a qual poderá ser suspensa por 04 (quatro) a 06 (seis) anos, desde que o condenado seja maior de 60 (sessenta) anos de idade e debilitado mentalmente.

Questão 25 (Peso 3)

Sobre o quanto é disposto na Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia (Lei Complementar nº 26/2006) acerca de reintegração e reversão dos cargos da Defensoria Pública, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () A reintegração será feita no órgão anteriormente ocupado e na mesma classe da carreira.
- () Reintegração é o retorno à atividade do Defensor Público aposentado por invalidez, quando for verificada, por junta médica oficial, a insubsistência dos motivos da aposentadoria, salvo se tenha atingido a idade da aposentadoria compulsória
- () A reversão dar-se-á de ofício pelo Defensor Público-Geral, após deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública, na classe em que se aposentou o Defensor Público, em vaga a ser ocupada pelo critério de merecimento.
- () A reversão é o retorno do Defensor Público ao cargo em decorrência de sentença transitada em julgado, ou de decisão definitiva em processo administrativo, com ressarcimento da remuneração não percebida em razão do afastamento, inclusive quanto ao cômputo do tempo de serviço.
- () Caso o órgão onde atuava o Defensor Público reintegrado não possua disponibilidade de vaga, o Defensor Público ocupante poderá ser reconduzido ao seu órgão de origem, aproveitado em outro órgão equivalente, posto em disponibilidade remunerada, até o seu aproveitamento, sem prejuízo de sua remuneração.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V F V F V
- B) V F F V V
- C) V V F F F
- D) F V F V F
- E) F F V F V

Questão 26 (Peso 3)

Acerca do quanto é previsto na Lei Complementar Federal nº 80/94 sobre inamovibilidade e remoção dos defensores públicos na carreira, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () A remoção precederá o preenchimento da vaga por merecimento.
- () A remoção será feita a pedido ou por permuta, sempre entre membros da mesma categoria da carreira.
- () A remoção compulsória somente será aplicada com prévio parecer do Conselho Superior, assegurada ampla defesa em processo administrativo disciplinar.
- () A remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público-Geral, nos quinze dias seguintes à publicação, no Diário Oficial, do aviso de existência de vaga.
- () Os membros da Defensoria Pública do Estado não possuem inamovibilidade, sendo possível a sua remoção a qualquer tempo por liberalidade do Defensor Público Geral, desde que atendido o interesse social.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V V V V F
- B) V F V F V
- C) V V F F F
- D) F V F V F
- E) F F V F V

Questão 27 (Peso 2)

O delito de homicídio foi recentemente alterado pela lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, a qual passou a prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime contra vida da mulher, por razões da condição de sexo feminino. O feminicídio pode ocorrer diante da

- A) conduta dolosa ou culposa, envolvendo violência doméstica e familiar.
- B) conduta dolosa, envolvendo violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- C) a conduta dolosa ou culposa, envolvendo violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- D) conduta imprudente ou negligente, envolvendo violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- E) ação voluntária contra um grupo de mulheres, cuja pena será majorada em razão da agravante de ser praticado durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Questão 28 (Peso 3)

Segundo a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia (Lei Complementar nº 26/2006), os Defensores Públicos, órgãos de execução das funções da Defensoria Pública, têm várias atribuições. Sobre essas atribuições, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- Promover a difusão do conhecimento do ordenamento jurídico, da cidadania e dos direitos humanos.
- Recorrer ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos, quando cabível, comunicando ao Defensor Público-Geral.
- Esgotar todas as instâncias recursais judiciais e administrativas, promover a revisão criminal e a ação rescisória cabíveis no caso concreto, salvo se houver motivo justificado.
- Exercer a orientação jurídica de entidades e organizações civis que incluam, entre suas finalidades, os direitos humanos e outros interesses coletivos, demonstrada a insuficiência de recursos econômicos dessas entidades.
- Acompanhar e impulsionar os processos judiciais e administrativos, comparecendo a todos os atos processuais, zelando pela rigorosa observância dos prazos e diligências, e pautando-se pelos procedimentos legais e éticos.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V V V V V
- B) V F F F V
- C) V F V V F
- D) F V F F F
- E) V V F V V

Questão 29 (Peso 3)

Sobre o concurso de crimes e a aplicação da pena, de acordo com o Código Penal Brasileiro, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente.
- A pena privativa de liberdade poderá ser atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.
- No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.
- Ocorre o concurso real quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não; nesse caso, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
- Verifica-se o concurso ideal quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não. Aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V V V V V
- B) V F F F V
- C) V F V V F
- D) F V V F V
- E) F F F V F

Questão 30 (Peso 3)

Quanto aos crimes contra dignidade sexual no Código Penal, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- Correrão em segredo de justiça somente os processos em que se apuram crimes contra dignidade sexual de vulnerável.
- Proceder-se mediante ação penal pública incondicionada se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa vulnerável.
- Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem caracteriza o delito de corrupção de menores.
- Ocorre o delito de posse sexual mediante fraude diante da conduta de ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude, constrangimento ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima.
- Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, traduz o delito material de assédio sexual.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V F V V F
- B) V V F F V
- C) V F F F V
- D) F V V F F
- E) F F F V V

Questão 31 (Peso 1)

De acordo com a atual redação do Código de Processo Penal, considerar-se-á perempta a ação penal quando:

- A) sendo a querelada pessoa jurídica de direito público, esta se extinguir sem deixar sucessor.
- B) iniciada a ação penal, o querelado deixar de promover o andamento do processo durante 60 (sessenta) dias seguidos.
- C) concedido o perdão a um dos querelantes, aproveitará a todos, produzindo efeito inclusive em relação a quem o recusar.
- D) no caso de morte do querelante, o juiz, ouvido o Ministério Público e a Defensoria Pública, à vista da certidão de óbito, declarar a extinção de sua punibilidade.
- E) o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.

Questão 32 (Peso 2)

“Quando houver dúvida sobre a integridade _____ do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal [...]. O exame _____ ser ordenado na fase do inquérito [...]. O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o _____, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento”.(BRASIL, 1941, p.18)

BRASIL. Decreto-lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Lex**. Brasília, DF, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 15 maio 2015.

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, a lacuna do texto acima é:

- A) física – poderá – processo
- B) mental – poderá – processo
- C) física – poderá – processo e o curso do prazo prescricional
- D) física – não poderá – processo e o curso do prazo prescricional
- E) mental – não poderá – processo e o curso do prazo prescricional

Questão 33 (Peso 3)

Considerando o disposto na lei nº 9.099/95, acerca do procedimento nos Juizados Especiais Criminais, analise as assertivas abaixo e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Quando opostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para recurso.
- () Nenhum ato será adiado, determinando o juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.
- () Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de 3 (três) juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- () A apelação será interposta no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, com oferecimento de razões orais, em que constará o pedido do recorrente.
- () De todo ocorrido na audiência será lavrado termo circunstanciado de ocorrência, assinado pelo juiz e pelos advogados das partes, contendo completo relato dos fatos relevantes ocorridos na audiência, alegações finais orais das partes, parecer do Ministério Público e sentença.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V V V F F
- B) V F V F V
- C) V F F V V
- D) F V F V F
- E) F F V F V

Questão 34 (Peso 1)

Quanto à contagem dos prazos no processo civil pátrio, é correto afirmar que

- A) o juiz proferirá os despachos de expediente no prazo de 5 (cinco) dias.
- B) a parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
- C) salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- D) não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática do ato processual a cargo da parte.
- E) quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em quádruplo os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

Questão 35 (Peso 3)

Sobre as provas no processo penal brasileiro, analise as assertivas abaixo e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () O juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas além das indicadas pelas partes.
- () No júri popular, adota-se o sistema de apreciação de provas doutrinariamente denominado como o da “persuasão racional”.
- () Se, intimado para esse fim, deixar de comparecer sem motivo justo, o ofendido poderá ser conduzido à presença da autoridade.
- () A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- () O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior, obrigatoriamente na área específica relacionada com a natureza do exame.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V F V V F
- B) V V F F V
- C) V F V F F
- D) F V F V F
- E) F F V F V

Questão 36 (Peso 1)

A chamada citação com hora certa ocorrerá quando

- A) por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar; deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer vizinho, que, em quarenta e oito horas, voltará, a fim de efetuar a citação.
- B) por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar; deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer vizinho, que, em quarenta e oito horas, voltará, a fim de efetuar a citação.
- C) por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar; deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer vizinho, que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- D) por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar; deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou, em sua falta, a qualquer vizinho, que, em quarenta e oito horas, voltará, a fim de efetuar a citação.
- E) por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar; deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou, em sua falta, a qualquer vizinho, que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

Questão 37 (Peso 2)

Na vigente sistemática processual civil, compete ao réu, na contestação, antes de discutir o mérito, alegar

- A) a suspeição do juiz.
- B) o impedimento do juiz.
- C) que a petição inicial é inepta.
- D) a existência de citação válida.
- E) que a reconvenção e a ação devem ser julgadas em duas sentenças diversas.

Questão 38 (Peso 1)

A Constituição Federal de 1988 é conhecida como **Constituição Cidadã** em razão de

- A) manter o bipartidarismo.
- B) ter adotado o regime parlamentarista.
- C) valorizar os princípios democráticos e de cidadania.
- D) extinguir qualquer possibilidade de haver pena de morte no Brasil.
- E) estabelecer eleição indireta para Presidente da República, com mandato de seis anos.

Questão 39 (Peso 2)

Dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90, que se considera ato infracional a conduta descrita

- A) somente como crime.
- B) somente como crime hediondo.
- C) somente como contravenção penal.
- D) como crime ou contravenção penal.
- E) como crime hediondo ou contravenção penal.

Questão 40 (Peso 3)

Considerando o disposto na lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, analise as opções abaixo e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas, no que diz respeito à legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar.

- () a Defensoria Pública.
- () a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.
- () qualquer cidadão, desde que brasileiro nato e com idade mínima de trinta e cinco anos.
- () o partido político que, concomitantemente, esteja constituído há pelo menos 2 (dois) anos, nos termos da lei específica e que possua representação no Congresso Nacional.
- () a associação que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano, nos termos da lei civil, e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V V F F V
- B) V F V F F
- C) V F F V V
- D) F V F V F
- E) F F V F V

Questão 41 (Peso 3)

“O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico” (BRASIL, 1973, p.30)

BRASIL. Decreto de Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Lex. Brasília, DF, 11 jan. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm>. Acesso em: 19 maio 2015.

Sobre a formulação de pedido genérico, de acordo com o Código de Processo Civil, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Nas ações universais, se não puder o autor individualizar na petição os bens demandados.
- () Quando, pela natureza da infração, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- () Quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- () Quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito.
- () Nas ações em que, formulado mais de um pedido, em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, se não tiver acolhido o anterior.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V F V F V
- B) V F V V F
- C) V V F V F
- D) F V F V F
- E) F F V F V

Questão 42 (Peso 3)

O Estatuto do Idoso, lei nº 10.741/2003, em sua atual redação, afirma que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Sobre a garantia de prioridade analise as opções a seguir, acerca do que essa garantia de prioridade compreende, e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- () exigência de comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos.
- () preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas.
- () permissão para a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- () capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V F F V V
- B) V F V F V
- C) V V F F F
- D) F V F V F
- E) F F V F V

Questão 43 (Peso 2)

A Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Um plano para o progresso

Em setembro de 2000, a Cúpula do Milênio reuniu na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, o maior número de dirigentes mundiais da história da humanidade. Nessa data de importância crucial, representantes de 189 países-membros das Nações Unidas juntaram-se para refletir a propósito do destino comum da humanidade. Todos os países estavam interconectados de maneira mais ampla e profunda do que em qualquer outra época da história, e o aceleração do processo de globalização prometia um crescimento mais rápido, assim como o aumento do nível de vida e novas oportunidades.

No entanto, a vida nessas nações era bastante desigual. Enquanto alguns países podiam esperar do futuro a prosperidade e a cooperação mundial, outros quase careciam de futuro, já que seus habitantes se encontravam atolados em condições miseráveis, intermináveis, de pobreza, de conflitos e em meio a um ambiente cada vez mais degradado. Cerca de 1,1 bilhão de pessoas estavam obrigadas a sobreviver com menos de US\$ 1 por dia, sendo que 30% delas são crianças. Mesmo nos países mais ricos, uma em cada seis crianças ainda se encontrava abaixo do nível de pobreza.

Para começar a dar uma resposta a essa e outras crises, os dirigentes, reunidos em Nova Iorque em 2002, elaboraram a Declaração do Milênio, que consiste em uma série de prioridades coletivas.

UNICEF. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9540.htm. Acesso em: 06 maio 2015. (Adaptado)

Sobre as “Metas do Milênio” que objetivam o progresso da humanidade, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Melhorar a saúde materna.
- () Atingir o ensino básico universal.
- () Capacitar os servidores públicos.
- () Reduzir a mortalidade na infância.
- () Distribuir a renda de forma igualitária.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V F V F V
- B) V V F V F
- C) V F F F V
- D) F V F V F
- E) F F V F V

Questão 44 (Peso 1)

No final da Segunda Guerra Mundial, inúmeras cidades ao redor do planeta, especialmente na Europa e na Ásia, estavam em ruínas. Milhões de pessoas haviam morrido. Outros milhões estavam sem lar ou a passar fome. Nesse contexto, foi aprovada a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, no ano de 1948, no âmbito da:

- A) Liga das Nações (LN).
- B) Organização das Nações Unidas (ONU).
- C) Comunidade Econômica Européia (CEE).
- D) Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).
- E) União Internacional das Repúblicas Americanas (UIRA).

Questão 45 (Peso 2)

Doutrinariamente, e considerado o transcurso da história da humanidade, foi possível estabelecer gerações de direitos humanos a partir de seu reconhecimento em dado momento histórico. Assim, é correto afirmar que os chamados direitos civis e políticos integram a:

- A) primeira geração de direitos humanos.
- B) segunda geração de direitos humanos.
- C) terceira geração de direitos humanos.
- D) quarta geração de direitos humanos.
- E) quinta geração de direitos humanos.

Questão 46 (Peso 1)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, em sua vigente redação, é permitido o trabalho, na condição de aprendiz, desde que observada a idade mínima de:

- A) doze anos.
- B) treze anos.
- C) quatorze anos.
- D) quinze anos.
- E) dezesseis anos.

Questão 47 (Peso 1)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90, entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus _____.

A alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto acima é

- A) ascendentes
- B) descendentes
- C) descendentes e colaterais
- D) ascendentes e descendentes
- E) ascendentes, descendentes e colaterais

Questão 48 (Peso 2)

Preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90, que a colocação da criança ou adolescente em família substituída estrangeira é

- A) vedada.
- B) livremente permitida, independentemente de autorização judicial.
- C) medida excepcional, somente admissível na modalidade de tutela.
- D) medida excepcional, somente admissível na modalidade de guarda.
- E) medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.

Questão 49 (Peso 3)

Sobre as medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90, analise as opções abaixo e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () advertência.
- () inserção em regime de semi-liberdade.
- () internação em estabelecimento educacional.
- () liberdade provisória, mediante fiança, nas infrações que a admitem.
- () comparecimento mensal e obrigatório, em juízo, para informar e justificar atividades.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V F V F V
- B) V F F V F
- C) V V V F F
- D) F V F V F
- E) F F V F V

Questão 50 (Peso 3)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90, se, por qualquer razão, o representante do Ministério Público não promover o arquivamento ou conceder a remissão, oferecerá representação à autoridade judiciária, propondo a instauração de procedimento para aplicação da medida socioeducativa que se afigurar a mais adequada. Em relação a esse procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, analise as assertivas abaixo e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Se os pais ou responsável não forem localizados, a autoridade judiciária dará curador especial ao adolescente.
- () A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.
- () Estando o adolescente internado, será requisitada a sua apresentação, sendo desnecessária a notificação dos pais ou responsável.
- () O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de quarenta e cinco dias.
- () Não sendo localizado o adolescente, a autoridade judiciária expedirá mandado de busca e apreensão, prosseguindo o feito até a sentença, da qual será o adolescente intimado por edital.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V V F V F
- B) V F V F V
- C) V F F F V
- D) F V F V F
- E) F F V F V